



### Do regicídio à impossível acalmação

**1908**

*O regicídio é, seguramente, um acto condenável, mas o despotismo não o é menos. O tiranicídio é, na verdade, um crime; mas a tirania é também um crime*  
(Sampaio Bruno)

*A mansidão, a meiguice portuguesa só se encontram à superfície; raspai-a e logo haveis de encontrar uma violência plebeia que chegará a assustar-nos*  
(Miguel de Unamuno)

*Os partidos políticos é principalmente pelo provimento dos lugares vagos e pela criação de outros que recrutam a sua clientela; falem-lhes esses meios, e imediatamente os partidos políticos começam a enfraquecer. O descrédito, em que se diz terem agora caído, deriva das circunstâncias do Tesouro se oporem à continuação dos anteriores processos; nada mais infelizmente*  
(António Lino Netto)

•**Dos jovens turcos ao remédio para os males pátrios** – No ano da morte de José Francisco Trindade Coelho, e da edição dos *Embrechados* do Conde de Sabugosa (1854-1932), começam a ser publicadas as *Cartas Políticas*, de João Chagas. Na altura, jovens oficiais republicanos promovem a criação da loja *Portugal* que, depois de 1910, se transforma na associação para-maçónica dos *Jovens Turcos*, onde se destacam Alfredo Ernesto Sá Cardoso e Álvaro de Castro, o líder do grupo, aliado a Correia Barreto. António Lino Neto aborda *A Questão Agrária* e Joaquim Pereira Pimenta de Castro (1846-1918), em *Remédio para os Males Pátrios*, propõe uma radical reforma eleitoral, pela criação de um círculo eleitoral único, com listas uninominais, sendo eleitos os indivíduos mais votados até um número pré-fixado. No ano em que Chesterton se consagra com *Orthodoxy*, Miguel de Unamuno, em Novembro, publica o enternecedor *Por Tierras de Portugal y España*, onde considera que *Portugal es un pueblo de suicidas, talvez un pueblo suicida*. Teixeira de Pascoaes, fazendo a recensão do livro em *A Águia*, há-de dizer: *não sei se este livro, simplesmente admirável, foi lido em Portugal. É de crer que não. E todavia nada se escreveu em livros estrangeiros, a nosso respeito, de mais belo, de mais profundamente interessante e verdadeiro. A nossa paisagem e a nossa alma aparecem, ali, surpreendidas nos seus aspectos mais ocultos, transcendentais e originais*. Neste mesmo ano Artur Herchen publica no Luxemburgo *Dom Miguel I König von Portugal*, logo traduzido por D. João de Almeida, mas apenas editado em 1946. Entretanto, Sampaio Bruno é nomeado segundo-oficial conservador da Biblioteca Pública do Porto.

•**Estudo do processo político** – Quando o grande processualista José Alberto dos Reis (1875-1955), maçom que, começando no franquismo acabará salazarista, lança umas lições de *Ciência Política e Direito Constitucional*, destaque para a obra de Arthur Fisher Bentley (1870-1957), *The Process of Government*, onde se considera que a sociedade é um complexo de grupos, onde a máquina que os faz funcionar é o processo

de luta de grupos, onde estes tratam de elevar ao máximo os respectivos interesses, considerando essencial o estudo do *political process* e do entendimento da política como um processo, onde importaria estudar as instituições como elas efectivamente são na sua dinâmica. Nesta obra básica da politologia norte-americana, subtitulada *um estudo das pressões sociais*, onde, ao contrário do normativismo germânico da escola da Teoria Geral do Estado, entende que devem estudar-se as instituições políticas na sua dinâmica.

● **Que o diabo nos livre disto** – Na habitual recepção de gala no Paço, não comparecem os marechais regeneradores e progressistas (1 de Janeiro). *O rei, em Vila Viçosa, caça; o João Franco, em Carnide, dorme com a casa cercada de polícia. Fala-se em conspirações, na tropa, em transferências de oficiais e sargentos.* Chegam alguns a dizer: *venha tudo, venha o pior, venha o diabo do Inferno que nos livre disto* (Raul Brandão). Reunião dos marechais progressistas, tendo em vista a escolha das listas de deputados (dia 6). Reunião dos marechais regeneradores (dia 11). Aquilino Ribeiro consegue evadir-se da cadeia do caminho Novo, onde se encontrava detido, condenado ao presídio de Timor (dia 12).

● **A ignóbil literatura** – Começa a circular o livro de António de Albuquerque, *O Marquês da Bacalhoa*, com insinuações reles sobre a Rainha D. Amélia (15 de Janeiro). O autor, de família miguelista, perseguida pelos pedristas, terá aderido aos republicanos como vingança, segundo a técnica dos extremos que se tocam.

● **A atmosfera é eléctrica** – D. Carlos visita Évora. Várias prisões de jornalistas, acusados de conspiração, nomeadamente de França Borges e João Chagas. Suspenso um jornal progressista na Guarda (21). Prisão de António José de Almeida (26). Consta publicamente que a revolução vai estalar dentro de dois dias. *Um polícia aliciado pelo João Chagas, denunciou a revolução; o juiz, ao ler o depoimento do António José de Almeida, exclamou: - Ora até que enfim encontro um homem!* (Raul Brandão). Partido Republicano emite um manifesto, redigido por Bernardino Machado, onde, reconhecendo o ambiente de sobre-excitação, apela contra a ditadura, em nome da *alma livre e heróica do povo português* (dia 27). *A atmosfera é eléctrica...toda a gente espera acontecimentos. O boato corre de ouvido em ouvido...Há nervos na atmosfera. A questão dos adiantamentos*

*levantou todo o País contra o rei. Há muito que D. Carlos é visado, discutido e injuriado. Atribuem-lhe todos os males...E, no entanto, a vida segue o seu curso habitual: todas as noites enchentes nas revistas...Todas as noites o mesmo falatório no Rossio, o mesmo formigueiro humano seguindo as suas manias, as suas ambições, os seus interesses* (Raul Brandão).

● **Jugulada conspiração** que se conjugara entre dissidentes progressistas e republicanos. São presos vários líderes da revolta como Luz de Almeida (1867-1939), Afonso Costa, Egas Moniz, Pinto dos Santos, Ribeira Brava e João Chagas, nas dependências do ascensor do largo da Biblioteca.

● **A conspiração carbonária** – A Carbonária mobiliza cerca de oito mil membros em Lisboa e dois mil na Outra Banda, tendo entrado em contacto directo com o PRP a partir do Outono de 1907 (28 de Janeiro). Luz Almeida é particularmente eficaz quanto à organização dos bombistas, a chamada *artilharia civil*; António José de Almeida tem entendimentos com o exército e até com os anarquistas.

● **Alpoim foge** – Decretada a prisão de José de Alpoim e João Pinto dos Santos. Suspensos cinco jornalistas, mas apenas um é republicano (29 de Janeiro de 1908). Alpoim e o visconde de Pedralva (Francisco Coelho Amaral Reis), depois de se refugiarem em casa de Teixeira de Sousa, fogem. Alpoim vai para Espanha, instalando-se em Salamanca. A revolta é jugulada graças à acção do general Malaquias de Lemos. Chega a haver desordens no Largo do Rato.

● **Não houve outro 31 do costume** – Os jornais franquistas *Diário Ilustrado* e *Jornal da Noite* dão conta dos acontecimentos, referindo que João Franco degolara um novo 31 de Janeiro. O ministro Teixeira de Abreu parte para Vila Viçosa, onde tem um encontro com D. Carlos. Regressará a Lisboa na madrugada do dia 1, antes do rei, a fim do

rei assinar um decreto com medidas excepcionais de luta contra a subversão, onde se prevê, nomeadamente a expulsão do reino e a deportação para o Ultramar de quem atente contra a segurança do Estado..

●**Uma tarde linda** – *Está uma tarde linda, azul, morna, diáfana... O rei e a rainha detiveram-se uns minutos, com o João Franco e o Vascelos Porto, que queria mandar vir um esquadrão de cavalaria para acompanhar o rei. D. Carlos opôs-se. O carro descoberto partiu a chouto, com toda a família real junta...* (Raúl Brandão).



●**Regicídio** – D. Carlos e D. Luís Filipe são assassinados numa esquina do Terreiro do Paço, depois de desembarcarem no cais das Colunas, vindos de Vila Viçosa, donde saem às 11 horas do dia 1 de Fevereiro. Os executantes são Manuel Buíça e Alfredo Costa. D. Maria Pia acusará João Franco de ser o *coveiro da monarquia*. Júlio de Vilhena logo declara querer um *armistício na luta política dos partidos*. Os tiros no rei e no príncipe real matam o próprio sistema político e anunciam o fim da monarquia. O jogo rotativista conduziu à tragédia. O salto em frente de João Franco acelerara o processo. Começa em tragédia o breve reinado de D. Manuel II. Entre os pistoleiros que premiram o gatilho e o ente, individual ou colectivo, que mandou matar ficará para sempre a distância do sigilo e eventuais razões se seita, partido, Estado ou potência. Sempre aquela lógica terrorista que proclama haver actos de violência que são menos violência que certos estados de violência.

●**Uma ditadura à Costa Cabral** – O monárquico Carlos Malheiro Dias, na revista *Ilustração Portuguesa*, considera que *quem criou a revolução foi, de facto, o Governo. O problema político era puramente administrativo. O governo, imprudentemente, transformou-o numa questão de princípios. Uma ditadura à Mouzinho da Silveira podia*

*tê-lo resolvido. O Governo fez uma ditadura à Costa Cabral. Tendo por si a força, não lhe seria desairoso contemporizar. Em vez de acalmar as paixões, excitou-as...*

●**Quem carregou as espingardas?** *Se os republicanos dispararam as espingardas, quem as carregou até à boca foram os rotativos (José Agostinho). Como vai reconhecer, depois, Machado Santos, tal acto foi levado à prática por estes homens, por um acto de abnegação espontânea. Se soubesse, a tempo, o que os dois haviam feito, tê-los-ia secundado à frente do corpo de marinheiros, mas só o soube quando todas as precauções se haviam tomado no quartel (artigo de 21 de Janeiro de 1911, publicado no Intransigente).*

●**A monarquia, prisioneira da república** – Nesse domingo, Lisboa tornou-se num *túmulo e num deserto, a monarquia sangrentamente ferida e a república sinistramente desacreditada* (José Agostinho). Raúl Brandão observa: *se seis tambores fossem rufar para diante do Paço, a monarquia acabava ali mesmo. Como observa Lopes d'Oliveira, estaladas as raízes levarão ainda algum tempo a apodrecer no sangue e na lama... a Monarquia, se vive, é como prisioneira da República.*

●**A política do medo** – José Luciano declara que *convinha agora é a paz e a união dos partidos*. Júlio Vilhena secunda a ideia de um governo de *concentração monárquica*. Todos dizem querer *acalmar o espírito público*. Mas como depois vem a reconhecer o último, *a união de todos em volta do trono é a política do medo... Essa política prevaleceu sempre no Paço até ao dia 5 de Outubro.*

●**Governo nº 50 (4 de Fevereiro) Ferreira do Amaral** (326 dias) Até 25 de Dezembro de 1908. 28º governo depois da Regeneração, 5º depois da desagregação partidária, 1º governo do reinado de D. Manuel II. Promove as eleições de 5 de Abril de 1908. Outros qualificam o gabinete como o ministério da *mistificação*. Já o presidente do conselho é acusado de fútil, nomeadamente por fazer parte do *Clube dos Makavencos*, uma seita jantante que se reunia nos baixos do teatro da rua dos Condes.

●Os dois ministros regeneradores são Campos Henriques (justiça) e Wenceslau de Lima (estrangeiros). Manuel Afonso Espregueira (fazenda) e o general Sebastião

Teles (guerra) são progressistas. João de Sousa Calvet de Magalhães (obras públicas) e o almirante Augusto de Castilho (marinha e ultramar) aparecem como *amaralistas*.

● **Vitória do lucianismo** – Conforme observou Júlio de Vilhena, *José Luciano ganhou a partida*. Propusera que se organizasse um ministério, em que entrassem membros dos partidos regenerador e progressista, em partes iguais, sob a presidência dum homem estranho aos grêmios partidários.

● **Implantemos a república** – Bernardino Machado proclama: *sendo-nos restituídas as nossas liberdades, a acalmação se produzirá. Reservando, prudentemente, as nossas forças de acção para qualquer vicissitude, forças que devemos ir aumentando sempre, voltaremos a desencadear a nossa propaganda; e, ainda que nos leve mais algum tempo a implantar a república em Portugal, daremos por bem empregado esse tempo, para que a nossa vitória se alcance pacificamente* (5 de Fevereiro).

● **A dita acalmação** – Reaparecem os jornais suspensos: *Diário Popular, Liberal, O Dia, O País, Correio da Noite* (6 de Fevereiro). São libertados António José de Almeida, Afonso Costa, Egas Moniz, João Chagas e França Borges (6 de Fevereiro). Até se admitem manifestações públicas junto das campas dos regicidas e o jornal *O Mundo* organiza subscrição pública para apoio às famílias dos mesmos, enquanto os juízes de investigação, Alves Ferreira e Silva Monteiro, coligem elementos sobre a situação da Carbonária.

● **Violência e violências** – França Borges diz em *O Mundo*: *só as violências podem provocar violências. Não precisamos delas, para que a nossa causa triunfe, porque uma causa que é nobre, que é santa, vive e triunfa pela sua própria força moral* (6 de Fevereiro).

● **João Franco parte para o exílio**, a caminho de Roma. À chegada à capital de Itália, vaticina a Matias de Carvalho: *por ora, a anarquia; depois, a república* (6 de Fevereiro).

Prog. 59

Amar. 15

Reg. 63

155 dep.

Diss. Pr. 7

Rep. 7

Franco 3

Nac. 1

● **Eleição nº 44 da Câmara dos Deputados** (5 de Abril). Surge uma verdadeira *manta de retalhos* que teria sido urdida por José Luciano e Campos Henriques, num dos últimos acordos rotativos. Eleitos 63 regeneradores (41%), dos quais 21 hão-de acompanhar a dissidência de Campos



Henriques, 59 progressistas (38%), 15 amaralistas (10%), 7 republicanos (55), 7 dissidentes progressistas, 3 franquistas e 1 nacionalista (Jacinto Cândido). Os republicanos

elegem três deputados em Lisboa (António José de Almeida, Alexandre Braga<sup>2</sup> e João de Meneses), dois em Setúbal (José Estevão de Vasconcelos e Feio Terenas) e um em Évora (Brito Camacho).

● No dia das eleições, há graves **tumultos** em Lisboa, com catorze mortos e cerca de uma centena de feridos, com a intervenção da guarda municipal perto da Igreja de S. Domingos.



● Inaugura-se o **Congresso do Livre Pensamento** na Caixa Económica Operária (19 de Abril). Intervenções de Teófilo Braga, Miguel Bombarda<sup>2</sup> e

Magalhães Lima.

● **Congresso do Partido Republicano** em Coimbra: falha a tentativa de eleger um directório que seja também um comité revolucionário (25 de Abril). Os moderados continuam a controlar, contra a perspectiva dos radicais: *foi uma festa e um desafio... os rotativos recuavam; e o PRP saíra da crise mais forte do que nunca* (Vasco Pulido Valente). Pouco dias depois, o directório toma a iniciativa de preparar uma revolução diferente da sargentada do 31 de Janeiro

● Cerimónia de **exéquias** por alma de D. Carlos e D. Luís Filipe no convento dos

Jerónimos, com oração fúnebre do cónego Aires Pacheco (25 de Abril).

● **Abertura das Cortes** e leitura do discurso da coroa (29 de Abril). Volta a questão dos adiantamentos. Oposição clama pelo castigo dos ministros *adiantadores*. Brito Camacho propõe a abolição do juramento e um inquérito parlamentar aos incidentes de 5 e 6 de Abril (8 de Maio). No dia seguinte, Dantas Baracho critica, com veemência, a actuação da Guarda Municipal. Aclamação de D. Manuel II nas Cortes. Na véspera, o jornal *O Mundo* declara que o rei *confessa-se dia sim, dia não, sendo rara a manhã em que não ouve duas e três missas* (6 de Maio).

● Brito Camacho propõe um inquérito à **questão dos adiantamentos** à Casa Real, o que é rejeitado (11 de Maio). Discurso de José de Alpoim sobre os incidentes, falando tanto em assassínio como em inépcia (12 de Maio). Discurso de Afonso Costa sobre a organização policial e o juízo de instrução (13 de Maio). Pinto dos Santos propõe uma nova lei constitucional, porque *contra o absolutismo, é legítima a insurreição* (18 de Maio). Afonso Costa diz admitir uma *plataforma de tréguas* do partido republicano relativamente à monarquia (18 de Maio). Republicanos e dissidentes atacam a actuação do ministro Espregueira, tanto na procura de um novo empréstimo como quanto aos adiantamentos ilegais. Egas Moniz diz mesmo: *o senhor é um criminoso!* (5 de Junho). Novos ataques dos dissidentes contra Espregueira, com discurso de João Pinto dos Santos a considerar criminosos o ministro. Na Câmara dos Pares Júlio Vilhena declara que também não teria dúvidas em fazer adiantamentos ilegais.

● **Alpoim contra a canalha doirada** – José de Alpoim discursa, dizendo que tanto há uma *canalha* na rua como *uma canalha doirada que, à sombra do poder, tantas vezes esmaga a lei, o direito e a liberdade* (2 de Junho). Declara também: *os dois grandes partidos, pelas declarações falsas feitas no parlamento e pelas vergonhas confessadas, por culpa dos seus chefes e do seu passado não merecem a confiança do País... a coroa foi coberta de enxovalhos e ninguém a defendeu, ninguém!*



*Agora defendem-na por ambição* (19 de Junho)

● Missa íntima celebrada no Panteão por D. António Mendes Belo (1842-1929), por alma de D. Carlos e D. Luís Filipe. Assistem o rei e D. Amélia (11 de Maio).



● **Manifestação monárquica** – Vem a Lisboa uma delegação da Universidade de Coimbra, saudar o novo rei, acompanhada pelo reitor, Alexandre Cabral, e pelo secretário da Universidade, Manuel da Silva Gaió. Integram a comitiva de estudantes, entre outros, Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Pacheco de Amorim, Paulo Cancela de Abreu e Luís de Almeida Braga. À noite, sessão no Teatro D. Amélia (27 de Maio). O *Times* de Londres, há-se observar que *numa cidade, em que os republicanos predominam, as manifestações monárquicas, públicas e agressivas, tendem a tornar-se provocadoras* (27 de Maio). Com efeito, vários estudantes republicanos lançam um manifesto denunciando o processo e entre os subscritores estão futuros monárquicos como António Sardinha<sup>2</sup>, Amadeu de Vasconcelos, Henrique Trindade Coelho e Martinho Nobre de Melo.

● **Adesões à Carbonária** de António Maria da Silva e Machado Santos (Maio). Passam a comandar as respectivas operações, fazendo a ligação entre a Alta Venda e o directório do PRP (Maio).

● **A legitimidade da bomba**: na Câmara dos Deputados, António José de Almeida considera que *a bomba de dinamite em revolução, e em certos casos, pode ser tão legítima, pelo menos, como as granadas de artilharia, que não são mais do que bombas legais, explosivos ao serviço da ordem*. Nesse dia, homenageiam D. Manuel II vários lentes de Coimbra, entregando uma mensagem subscrita por 37 deles (3 de Junho).

● **Comício republicano** em Lisboa, com cerca de 60 000 pessoas. Sem incidentes (28

de Junho). Comício republicano no Porto, presidido por Nunes da Ponte. Há intervenção da Guarda Municipal. Bernardino Machado logo declara que *o Partido Republicano é o único conservador, ordeiro do País...* (5 de Julho).

●**Os adiantadores.** Jornal *Diário de Notícias* publica a lista completa dos ministros que fizeram adiantamentos ilegais. Entre os faltosos o próprio Augusto José da Cunha, que se fizera republicano. Diz-se que a lista terá sido fornecida por José Luciano, através de uma oportuna fuga de informação (6 de Julho).

●Câmara dos Deputados vota amoedação de prata para custear o monumento ao **marquês de Pombal**. Oposição do deputado nacionalista Pinheiro Torres. Idêntica votação será feita para o monumento de Joaquim António de Aguiar, no largo da Portagem, em Coimbra (22 de Julho).

●Afonso Costa propõe que se demandem criminalmente os ministros da Ditadura (28 de Julho).

●Em Setembro, há vários sinais de **conflito político-religioso**, depois de Miguel Bombarda, nos últimos dias de Agosto, ter lançado a campanha anticlerical no parlamento. Judeus são agredidos em Lisboa, depois do enterro de um israelita. Guerra Junqueiro, no Porto, é atacado por usar chapéu quando se cruza com uma procissão. O arcebispo de Mitilene propõe que se apresente no parlamento, um projecto para a construção de um monumento à Imaculada Conceição, idêntico ao do Marquês de Pombal. Cem mil fiéis reúnem-se no Sameiro. O Congresso do Partido



Nacionalista é mobilizado para a Covilhã.

●Em Outubro, **Sidónio Pais**, na *Oração de Sapiência* que profere em Coimbra, alinha pela batuta republicana semeada por Bernardino Machado.

●Republicanos vencem as **eleições municipais** de Lisboa (1 de Novembro). Ferreira do Amaral marcou estas eleições sem consultar Luciano nem Vilhena, dizendo que *esperava fazer um acordo com os republicanos para estes lhe deixarem eleger*

*a minoria*. Vilhena há-de qualificar o acto como *traição*. Na verdade, depois de 1910, Amaral acaba filiado no próprio partido de Afonso Costa, de quem será deputado e senador. Mas muitos republicanos nunca lhe perdoarão o oportunismo adesivo e continuarão a qualificar o primeiro director da Escola Colonial como *o assassino de 5 de Abril*. Outros sucessores de Amaral neste último posto, de semelhantes vira-casaquices se hão-de *acalmacionar*.

●O novo **rei visita o Porto** em 8 de Novembro e Coimbra no dia 20 do mesmo mês. Regressa a Lisboa no dia 4 de Dezembro, mas atravessa a cidade em carruagem fechada que circula a alta velocidade, a conselho de Ferreira do Amaral (8 de Novembro).

●Comício republicano no Porto (15 de Novembro).

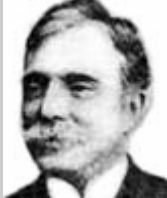
●**Eleições paroquiais.** Republicanos de Lisboa vencem em 32 das 42 freguesias. Repete-se a vitória monárquica no Porto (29 de Novembro).

●**Júlio de Vilhena** desencadeia uma ofensiva contra Ferreira do Amaral, invocando não ter sido consultado para a marcação de eleições municipais. É apoiado por Teixeira de Sousa, enquanto os nacionalistas também assumem uma agressiva oposição (2 de Outubro). O formal líder regenerador, em carta dirigida a D. Manuel II, retira apoio a Ferreira do Amaral e declara ser candidato à chefia do governo. A essa pretensão opõem-se, para além de José Luciano, o regenerador Campos Henriques, considerando que tal via é *deitar o poder ao regato* (7 de Dezembro). Segundo Teixeira de Sousa, *José Luciano não cuidou de princípios políticos, de programas do novo governo. Isso eram coisas de pequena monta. É preciso que o governo desse garantias de que Alpoim não obterá um regedor e de que o meu partido não poria o pé em ramo verde... é um governo contra homens e inspirado em más vontades pessoais, e tanto bastaria para ser mal recebido e vivamente combatido* (7 de Dezembro). José Luciano diz não ter ficado surpreendido com a atitude de Júlio de Vilhena, *porque ando tão habituado aos seus disparates que todos os dias espero um maior* (7 de Dezembro).

●**Franquistas** – Vasconcelos Porto é confirmado como líder dos franquistas (12 de Dezembro).

●**Cartas Políticas** – Sai o primeiro número das *Cartas Políticas* de João Chagas, com a data de 10 de Dezembro. *Ao Rei D. Manuel aproveitando a ocasião da sua viagem ao norte*, onde proclama que *V. M. é muito novo, mas para o mundo que veio encontrar é velhíssimo. Tem dezanove anos e tem séculos. Veio tarde...o Portugal da senhora D. Maria da Glória morreu; morreu com Herculano, com os Passos, com José Estevão e os Ribeira de Sabrosa, mas outro nasceu, filho d'esse, que, herdando as suas decepções, começou por fazer delas o cepticismo bonacheirão que deu o Zé Povinho e acaba por as levar ao estado congestivo de revolta que deu o Buíça* (12 de Dezembro).

●**Reunião do Conselho de Estado** (18 de Dezembro). *A concentração dos partidos monárquicos foi uma mentira. O que houve foi a concentração do medo e o medo realmente não tem partido...O Amaral presidiu com relativa facilidade ao regime de simulacro de que estou falando, não por ser alguém, mas precisamente por não ser - ninguém.*



●**Governo nº 51** (26 de Dezembro 1908) **Campos Henriques** (108 dias). Apoio de dissidentes regeneradores (21 dos 63 deputados) e de lucianistas, gera a oposição de um bloco de vilhenistas e dissidentes progressistas. Apenas é concretizado depois de D. Manuel II tentar uma solução liderada por Veiga Beirão, Sebastião Teles e António de Azevedo. Esta aliança entre os regeneradores de Campos Henriques, apoiados pelo *Notícias de Lisboa*, e os progressistas de José Luciano, apoiados pelo *Correio da Noite*, levou à constituição de um *bloco* entre os regeneradores de Júlio de Vilhena, apoiados pelo *Diário Popular*, e os dissidentes progressistas de José de Alpoim, movimentação que leva, aliás, à queda do governo.

●**Presidente** <sup>27</sup> acumula o reino. D. João de Alarcão na justiça. António Cabral, a quem chamam as *pernas de José Luciano*, na marinha e ultramar. D. Luís de Castro (1868-1928), 2º conde de Nova Goa, nas obras públicas. Sebastião Teles mantém-se na guerra. Wenceslau de Lima nos estrangeiros.

●**O sobe e desce dos partidos** – Os partidos *subindo ao poder, ou descendo do poder, como sobem, ou descem os pratos de uma balança, onde verdadeiramente não havia já governos, mas uma oligarquia* (João Chagas).

☞ Agostinho, José (V): 348; Amaral, Augusto Ferreira do (*A Acalmação de D. Manuel II*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1966); Brandão, Raul (I): 115, 116, 119, 120, 124, 229; (II): 123, 129, 207, 208; Cabral, António (*O Agonizar da Monarquia*): 303, 347; Chagas, João (1908, 1ª série, *Cartas Políticas*): 35, 39, 53; Ferro, António (*D. Manuel II. O Desventurado*, Lisboa, Bertrand, 1954); Gallis, Alfredo (II): 491-494, 499, 510, 511, 516, 517, 624, 625, 626; Oliveira, Lopes: 255, 256, 261, 269, 272, 273, 275, 278, 280, 283, 285, 287, 288, 289, 290, 311, 317, 321, 326, 330, 332, 333, 334, 337, 342, 344, 346, 347, 349, 355; Montalvor, Luís de /Oliveira, Lopes de (1935, II): 287-296; Pabón, Jesus: 93, 94, 95; Peres, Damião /Guedes, Marques (VII): 446, 447; Santos, António Ribeiro dos: 229; Serrão, Joaquim Veríssimo (X): 132, 135, 138, 139, 143, 148, 254; Sardica, José Miguel (1994); Serrão, Joel (1958): 72; Silva, António Maria da (*Depoimento...*): 155; Sousa, António Teixeira de (1911, II): 80, 81, 103, 145, 155; Valente, Vasco Pulido (1976): 85, 89, 90; Vilhena, Júlio de (II): 37, 38, 133, 162..

● **O drama** – Tanto D. Carlos como João Franco só podem ser entendidos, na sua acção política, depois de feito o levantamento do respectivo perfil psicológico, sem os ódios habituais dos vencedores e dos vencidos. E mais valem algumas páginas impressionistas de Raúl Brandão sobre a verdade do que as montanhas de palavras arrependidas ou justificadas que, sobre o tema, foram circuladas. Porque o drama que conduziu à tragédia, levando ao clímax, não pode ser analisado pelas lentes dos observadores de coisas rasterinhas.

● Subterraneamente, temos a **Maçonaria**, unida pelo prestígio do grão-mestre Sebastião Magalhães Lima (1851-1928) e disponível para sair das sessões místicas das lojas, das actividades de beneficência e de formação de quadros, dado já ser capaz de apoiar o desenvolvimento sedicionista da Carbonária.

● No **Paço**, surgem fracturas, entre membros da família real e entre os próprios áulicos. D. Amélia e D. Maria Pia, não escondem antipatias face a Franco. E os cortesãos, em vez de constituírem um bloco, jogam apenas na defensiva.

● Segue-se a **tropa** que continua em crise. Apesar de ser um dos principais objectos do reformismo franquista, graças às medidas tomadas por Vasconcelos Porto e Aires de Ornelas, que tiveram a solidariedade dos quadros mais dinâmicos, hão-se ser também a principal causa do 5 de Outubro, quando o afastamento de Porto e Ornelas, depois da queda de Franco, leva à confusão, à deserção, ao imobilismo. Depois, de 1908, este vazio de fidelidades, esta quebra da estratégia reformista, gera a desarticulação do quadro de entusiasmo hierárquico.

● Os **republicanos** vão aproveitar a questão dos *adiantamentos*, logo em Novembro de 1906, visando principalmente um ataque à figura do monarca. Mobilizam-se particularmente com a questão da greve académica de 1907. E aproveitam magnificamente a oportunidade conspiratória que lhes é oferecida pelos dissidentes progressistas em Janeiro de 1908. Claramente empenhados na via revolucionária e conspirativa, vão assumir uma atitude maquiavélica. Há, com efeito, uma conseguida tática e uma firme estratégia dos mesmos. São eficazes os ataques pessoais, ainda que injustos, tanto a D. Carlos como a João Franco. Porque conseguem levar que terceiros façam o principal do jogo sujo. É o caso dos dissidentes progressistas, principalmente na conspiração, mesmo sediciosa. Tal como os regeneradores, opositores a João Franco, são eles que fazem os principais ataques *ad hominem* a D. Carlos, a outros membros da família real e aos áulicos. Em segundo lugar, é habilíssima a utilização pelos republicanos da greve académica, quando conseguem pôr ao seu lado o melhor de uma geração escolar.

● O regicídio é mera consequência indirecta dessa estratégia. Pode ter sido eficaz, mas ensanguenta a futura vida da República e suscita novos magnicídios. De tudo o que lemos, não consideramos o assassínio do rei e do príncipe real como a execução de qualquer decisão vinda dos republicanos, dos maçons e da dissidência progressista, enquanto grupos. Mas tal não significa que os mesmos não padeçam de dolo eventual neste processo, dado terem admitido, como hipótese, esta consequência, não se importando que a mesma se concretizasse. Porque os regicidas devem ter actuado em regime de autogestão, mas de uma autogestão gerada por aqueles que os mobilizam e armam para outros fins.